

BOLETIM ESPECIAL: BRICS NA PERCEPÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

O papel da opinião pública na formulação e condução da política externa dos países é tema de amplo debate. Para os mais céticos, a opinião pública joga um papel marginal, senão completamente inexpressivo, em política externa. O pano de fundo desta vertente é que o cidadão comum, o eleitor mediano, não é capaz de formular opinião consistente e coerente sobre este tema complexo e distante da realidade do dia-a-dia. Face a esta realidade, não há por que o governante levar em consideração a opinião do eleitor mediano em política externa sob a pena de produzir equívocas graves de formulação. No campo oposto estão os mais otimistas, para os quais a política externa não se distingue das demais políticas públicas. Assim sendo, a preocupação dos governantes em entender o que pensa o eleitor mediano tem a ver com suas aspirações eleitorais.

Esta edição do Análise Caeni é um número especial sobre relação entre política externa e opinião pública. Contudo, ao invés de tratar o tema sob o ângulo teórico, este Análise procura mapear a opinião pública dos países pertencentes ao BRICS sobre política externa e relações internacionais. A proposta foi a de compilar, por meio de fontes secundárias e pesquisas previamente realizadas, a percepção da opinião pública desses países em diferentes níveis: auto-percepção (auto-imagem); percepção sobre o Brasil; percepção sobre os arranjos BRICS e IBAS e percepções sobre regimes/organizações internacionais. Adicionalmente foi incluído a percepção da opinião pública norte-americana sobre BRICS.

Como se pode ver pelo conjunto de textos que seguem, há uma grande heterogeneidade quanto a disponibilidade de pesquisas de opinião e política externa em cada um dos países analisados. Ainda assim, foi possível formar um quadro abrangente e original sobre o BRICS na ótica da opinião pública. Esperamos que este número especial possa contribuir na agenda de pesquisa tanto em opinião pública e política externa quanto e relações Sul-Sul. Boa leitura

Amâncio Jorge de Oliveira e Janina Onuki

O Caeni

O Caeni é ligado ao Departamento de Ciência Política. Criado em 2005, desde 2012 se tornou um NAP (Núcleo de Apoio à Pesquisa) da USP e tem se dedicado especificamente a compreender as relações Sul-Sul, com especial ênfase às relações entre os países pertencentes ao IBAS (Fórum Índia-Brasil-África do Sul).

Duas linhas de pesquisas são desenvolvidas neste NAP: a primeira linha é “Sociedade e Relações Sul-Sul”, com pesquisas sobre a percepção da sociedade brasileira sobre as relações Sul-Sul, a partir da aplicação de surveys estratificados e pesquisas experimentais.

A segunda linha, “Observatório Sul-Sul”, é dedicada a instituir um sistema de acompanhamento, em perspectiva comparada, das posições dos países em desenvolvimento (inicialmente IBAS) nos mais importantes processos de negociações internacionais, com ênfase particular nos temas relacionados ao comércio internacional.

Brasil, Opinião Pública, Elites e Política Externa.

André Schtaz e Camila Schipper

Um balanço sobre a literatura e as pesquisas existentes acerca da opinião pública e da posição das elites nacionais referentes à Política Externa brasileira representa um reflexo da repercussão desses temas na própria sociedade brasileira, ou seja, ainda incipiente. Assim, pesquisas recentes sobre a política externa do país, revelam-se fortemente vinculadas à diplomacia presidencial que caracterizou o governo Lula, mostrando-se em sintonia com a defesa de um sistema global de potências regionais. Contudo, a análise de arranjos regionais, seja BRICS, seja no âmbito latino-americano, ainda se revela restrita aos grupos de interesse, notadamente os grupos econômicos - como a literatura abrangente sobre a posição das elites no que se refere à integração regional no MERCOSUL. Nas pesquisas de opinião também se destaca o elemento econômico, como no caso das avaliações a China e Estados Unidos. Por outro lado, a avaliação do Brasil sobre os demais países do BRICS ainda é muito restrita, revelando estrita abrangência tanto entre as elites quanto entre a opinião pública.

A tendência à substituição do insulamento pela politização na Política Externa Brasileira, como apontada por Carlos Aurélio Pimenta de Faria (FARIA, 2008), tende a enfraquecer os fatores predominantes que diminuam o interesse da opinião pública sobre assuntos externos, quais sejam: "a tradicional concentração dos assuntos de política externa nas mãos do Ministério das Relações Exteriores e do Itamaraty, a pequena relevância do país em questões internacionais até recentemente, o fato de o Brasil ser uma democracia recente, a preponderância do Executivo na condução da PEB, entre outros motivos" (FARIA, 2008, p.).

Com o início do mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso em 1995, deu-se início a um novo período na condução da Política Externa Brasileira, que continuou com o presidente Lula até o fim de seu mandato em 2010. Esses 16 anos ficaram marcados pela intensa participação dos presidentes no tratamento de questões internacionais, bem como no *agenda-setting* (RIBAS, 2012) do Brasil e de outros atores, tendo como consequência maior participação e conhecimento por parte da opinião pública sobre os assuntos de política externa - também devido à maior cobertura midiática destes assuntos (NASCIMENTO, 2005). A globalização contribuiu para que a linha que separa o âmbito externo do interno ficasse mais tênue, trazendo a população brasileira para mais perto dos assuntos de política externa. No entanto, são as elites que possuem mais interesse e mais conhecimento em assuntos de política externa e são mais capazes de influenciar o processo decisório. Mesmo assim, embora se notassem aspectos da perspectiva liberal pela qual se incorporam interesses e ideias da sociedade civil na formulação da política externa, num processo *bottom-up*, de baixo para cima, no Brasil predominou "a presença do Itamaraty como instância legitimadora desse processo" (HOLZHACKER, 2006).

Talvez seja por esse motivo que uma pesquisa do NUPRI-USP (NUPRI, 2006) mostra que tanto as elites (74,8%) quanto as massas (49,7%), ainda atribuem aos diplomatas o papel de extrema influência na política externa, embora estas (62,8%) acreditem serem os empresários os indivíduos de papel mais importante, capazes de negociar à parte com os

governantes a favor de seus interesses privados.

Pesquisas do CEBRI (SOUZA, 2009) de 2001 e 2008 são de grande importância para avaliarmos a mudança de pensamento das elites – tomando como elite os “ indivíduos que participam do processo decisório ou contribuem de forma relevante para a formação da opinião no tocante às relações internacionais do país” - no que tange aos objetivos da PEB. Podemos salientar alguns temas que tiveram crescimento ou queda notável de importância em termos de objetivos de política externa, nesse período de sete anos: o fortalecimento das Forças Armadas e a política de segurança e defesa nacional (13% consideravam o tema importante em 2001 e 42% em 2008), a garantia da democracia na América do Sul (67% e 74%) e o fortalecimento do MERCOSUL (64% e 54%).

Quanto ao MERCOSUL, o declínio observado se deu por conta de uma desconfiança em relação à organização. O Mercosul passava por uma crise institucional, tanto por sua fragilidade burocrática, como pelo momento turbulento por que passavam os países da América do Sul, com golpes ou tentativas de golpes no Paraguai, Peru e na Venezuela. O crescimento nos números dos dois outros temas (fortalecimento das Forças Armadas e garantia da democracia) é, portanto, explicado pelo temor que os golpes geraram, bem como a ascensão de governos populares com traços autoritários, como o de Chávez e o de Evo Morales, levando as elites a creditarem maior importância para o tema da democracia regional e da defesa nacional.

Com a emergência de novos atores no século XXI, as Organizações Não-Governamentais, as Organizações Internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Comércio, Organização Mundial da Saúde), transnacionais e a própria sociedade civil passaram a ter maior participação nas questões de âmbito internacional. A pesquisa do CEBRI (SOUZA, 2009) mostra a posição das elites brasileiras face a esse novo jogo político. De 2001 a 2008 temas como defesa do Meio Ambiente (39% consideraram importante em 2001 e 62% e, 2008), atuação em Defesa dos Direitos Humanos (31% em 2001 e 49% em 2008), incentivo à produção de Biocombustíveis (de 0% a 50%) cresceram em importância, denotando o novo arranjo das relações internacionais.

O Brasil, com sua maior participação em temas de alcance internacional, também repercutiu de forma positiva no cenário internacional devido a maior visibilidade e participação da sociedade civil em assuntos de Política Externa, notadamente a atuação do governo Lula em sua “diplomacia presidencial”. Em pesquisa realizada pelo Pew Research Center em 2010 (PEW RESEARCH CENTER, 2010) sobre a avaliação de brasileiros sobre a Política Externa nacional, cerca de 8 a cada 10 brasileiros expressaram confiança na política seguida pelo presidente e 24% expressaram que o Brasil já é uma das nações mais poderosas do mundo, enquanto 53% acreditam que eventualmente se tornará. Além disso, veem que o país tem uma boa imagem no cenário internacional. Outras pesquisas realizadas pelo Pew Research Center (2010) mostram que, desde 2010 até hoje, os brasileiros sempre lideraram, junto com os chineses, em porcentagem de respostas positivas quanto à possibilidade de crescimento da economia nacional.

Com relação à imagem de outros países do BRICS, sob a ótica da opinião pública brasileira, ainda se tem uma literatura incipiente que destaca, principalmente, a China como nação

emergente economicamente, o que inevitavelmente leva à avaliação comparativa com outros países de destaque internacional, em especial os Estados Unidos e países europeus.

A proeminência econômica da China nos últimos anos repercute na opinião pública brasileira, desde questões comerciais até questões de governança global. Em pesquisas de opinião pública recentes, a imagem da China é positiva, em sua maioria (52%, segundo pesquisa da Pew research Center (2010); e 53%, segundo pesquisa da GlobeScan; PIPA 2005a). Além disso, o crescimento da China é visto de forma positiva, apesar da percepção de que a importância comercial do país será menor nos próximos 10 anos, sendo essa a mesma percepção para a importância comercial de Estados Unidos e União Europeia. Contudo, o crescimento militar é visto de forma negativa por quase metade dos brasileiros (46%) (GLOBESCAN; PIPA, 2007).

Com relação ao sistema de governança global, a pesquisa conduzida pela Bertelsmann Foundation (2005) revela que a maior parte dos brasileiros defende um sistema global de balanço de poderes regionais (45%) e apenas 36% na liderança da Organização das Nações Unidas. Ou seja, defendem a existência de diversas potências regionais, destacando a posição do país no âmbito latino-americano. Essa percepção também se repercute na expectativa sobre a China como superpotência, pois apenas 26% a veem como superpotência e apenas 32%, como uma futura grande potência, segundo a Bertelsmann Foundation (2005). O mesmo equivale para os Estados Unidos, ou seja, apenas 39% veem que o país se tornará uma potência global em 15 anos, segundo a mesma fundação.

Os números mais positivos tanto em relação à China, como em relação aos Estados Unidos, se referem à questão comercial, uma vez que ambos os países são os dois maiores parceiros comerciais do país. Assim, segundo a Pew Research Center (2010), 62% têm uma opinião favorável aos Estados Unidos, tendo em conta que 87% veem a necessidade de aumentar o comércio e vínculos comerciais com outros países. Segundo a mesma pesquisa da Pew Research Center (2010), essa visão é mais predominante entre os mais escolarizados e influentes de regiões urbanas. Na economia internacional, o país se afasta um pouco dos demais países da região, uma vez que $\frac{3}{4}$ são defensores do livre mercado, enquanto, por exemplo, México e Argentina só apresentam 44% e 40% respectivamente de apoiadores ao livre comércio (PEW RESEARCH CENTER, 2010).

Com relação aos BRICS, as pesquisas do CEBRI (AMAURY, 2009) também apontaram uma tendência de maior projeção mundial nos próximos anos, com o consequente declínio das atuais potências, Japão, Alemanha e Estados Unidos. Houve um notável crescimento na expectativa dos entrevistados de projeção mundial dos emergentes do BRICS. Enquanto a China já era apontada como candidata a futura potência (96% em 2001 e 97% em 2008), notou-se um crescimento de 21% no número de entrevistados que acreditam numa maior projeção da Índia (73% e 94%). Embora sejam as menos preferidas entre os entrevistados, África do Sul e Rússia também apresentaram aumento na expectativa de projeção mundial (de 39% a 53% e de 49% a 63% respectivamente), um claro reflexo da emergência dos BRICS no cenário internacional, não só no plano econômico, como também na esfera política.

Um balanço da literatura existente sobre a avaliação da política externa pela opinião pública e pelas elites brasileiras revela certa convergência entre suas posições e a própria

condução da política externa. Contudo, a literatura e as pesquisas de opinião existentes ainda são incipientes e revelam uma preponderância do aspecto econômico, como é o caso da maior visibilidade da China entre os demais países do BRICS, a defesa de fortalecimento das relações comerciais com seus maiores parceiros (Estados Unidos e União Europeia), ou seja, não há avaliação da condução da política externa nacional de caráter mais político.

Referências

BERTELSMANN FOUNDATION. Who rules the world. 2005. Disponível em: <http://www.bertelsmannstiftung.de/cps/rde/xchg/bst_engl/hs.xsl/nachrichten_29056.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

FARIA, Carlos Alberto de. O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. Contexto Internacional, vol. 34, nº 1, jan/jul, 2012.

GLOBESCAN; PIPA. 22 Nation poll shows China viewed positively by Most Countries, 2005a. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/.../China_Mar05_art.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . Latin american publics are skeptical about US- but not about Democracy. 2007. Disponível em: < [http:// drum.lib.umd.edu/handle/1903/10151](http://drum.lib.umd.edu/handle/1903/10151)>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

HOLZHACKER, D.O. Atitudes e percepções das elites e da população sobre a política externa brasileira nos anos 90. Tese de Doutorado, USP, FFLCH, DCP., 2006.

NASCIMENTO, Rodrigo. Diários do Príncipe: imprensa e política externa no governo Cardoso (1995-2002). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Faculdade de Relações Internacionais, 2005.

NUPRI. Atitudes e percepções das elites e da população em geral sobre a política externa brasileira nos anos 90. 2006. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-22062007-133857/pt-br.php>>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

PEW RESEARCH CENTER. Brazilian upbeat about their country, despite its problems. 2010. Disponível em: < <http://www.pewglobal.org/files/2010/09/2010-Pew-Global-Attitudes-Brazil-Report.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

RIBAS, Letícia. Diplomacia Presidencial, mídia e opinião pública: a cobertura da Folha de São Paulo sobre as viagens internacionais de FHC e Lula. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Relações Internacionais, 2012.

SOUZA, Amaury de **A agenda internacional do Brasil**: a política externa brasileira de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009. 191 p.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE, J.A.G. & BALBACHEVSKY, E. (1998). O Brasil e o Mercosul: agenda e percepção dos atores sociais. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. (Org.). *Alca: aspectos históricos, jurídicos e sociais*. Vol.1, São Paulo, FTD.

ALBUQUERQUE, J.A.G.; BALBACHEVSKY, E. & HOLZHACKER, D. (1999). Os impactos da crise financeira sobre a opinião pública brasileira. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, No.58, Ano XIII.

ALEXANDRE, Cristina Vieira. (2006), O Congresso Brasileiro e a Política Externa (1985-2005). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Instituto de Relações Internacionais.

GOMES, Tânia (1994). A opinião pública e a Política Externa do Brasil: da independência a Castelo Branco. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Faculdade de História.

HOLZHACKER, D.O. (2001). As atitudes e opiniões da população a respeito das relações externas do Brasil. Dissertação de mestrado, USP, FFLCH, DCP.

LIMA, R. A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2009.

MANZUR, T.M.P.G. (1999). Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: Um balanço historiográfico. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 42, No. 1, p. 30-61.

NUPRI. A Percepção Da Opinião Pública Sobre A Política Externa Brasileira. 2008-2000. 2000.

OLIVEIRA, A.J. & ONUKI, J. (2007). Grupos de interesse e a política comercial brasileira: a atuação na arena legislativa. IUPERJ/OPSA/NECON, *Papéis Legislativos*, No. 8.

OLIVEIRA, A.J. de & PFEIFER, A. (2006). O empresariado e a política exterior do Brasil. In: ALTEMANI, H. & LESSA, A.C. (Orgs.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo, Saraiva, p. 389-428.

SANTANA, H.R.P. (2001). Grupos de interesse e a política externa brasileira para a ALCA. *Contexto Internacional*, Vol. 23, No. 1, p. 167-196.

GLOBESCAN; PIPA . 23 Nation Poll finds strong support for dramatic changes at UN, 2005b. Disponível em:

<http://www.pipa.org/OnlineReports/UnitedNations/UNReform_May05/UNReform_Mar05_rpt.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . 23 Nation Poll Who will Lead the World? 2005c. Disponível em: <<http://drum.lib.umd.edu/handle/1903/10667>>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. Rising concern about China's increasing Power: Global Poll, 2011. Disponível em: <http://www.worldpublicopinion.org/pipa/articles/views_on_countriesregions_bt/683.php>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . Poll of 9 major Nations finds All, including U.S., reject World System dominated by single Power in favor of Multipolarity, 2006. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/.../1/WorldSysUS_Jun06_art.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . Views of China and Russia decline in Global Pol, 2009. Disponível em:< [http:// drum.lib.umd.edu/.../1/BBCVals_Feb09_art.pdf](http://drum.lib.umd.edu/.../1/BBCVals_Feb09_art.pdf)> Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . World Bank receives receives good marks in world poll. 2006. Disponível em:< [http:// drum.lib.umd.edu/.../2/GlobalPlayers_Jan06_art.pdf](http://drum.lib.umd.edu/.../2/GlobalPlayers_Jan06_art.pdf)>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . World Citizens reject torture, BBC Global Poll reveals. 2006. Disponível em:< http://www.globescan.com/news_archives/bbctorture06/BBCTorture06.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN; PIPA . World Opinion on China more positive than on U.S., but slipping. 2009. Disponível em: < http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/.../170610_bbcpoll.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2013.

GLOBESCAN. Views of China and India Slide While UK's Ratings Climb: Global Poll, 2013. Disponível em:< <http://www.globescan.com/news-and-analysis/press-releases/press-releases-2013/277-views-of-china-and-india-slide-while-uks-ratings-climb.html>.. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

SOUZA DE, Amaury. O Brasil na Região e no Mundo: Percepções da Comunidade Brasileira de Política Externa. Disponível em: www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02620.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

VIGEVANI, T. et al. (Orgs)(2004). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. SP, EDUSC.

A Opinião Pública Sul-Africana sobre temas de Política Externa

Amanda Domingues

A principal finalidade da Política Externa sul-africana deveria ser a promoção do crescimento econômico e a proteção dos Direitos Humanos, segundo uma pesquisa conduzida em 2012 (SMITH, WESTHUIZEN, 2013). A mesma pesquisa (SMITH, WESTHUIZEN, 2013) revelou que os sul-africanos, apesar de avaliarem em maior número (44%) a promoção do crescimento econômico como objetivo primordial de sua Política Externa, não apoiariam um comércio violador dos Direitos Humanos¹. Quanto ao comércio, grande parte dos entrevistados (59%) considera o crescimento e o desenvolvimento do país como aspectos interdependentes das condições de desenvolvimento e crescimento de seus vizinhos.

Os sul-africanos apoiam a inserção de seu país internacionalmente como um ator ativo nos cenários global e regional, somente na condição de que esta inserção não interfira no andamento e na resolução das prioridades domésticas, como o desemprego, por exemplo (SMITH, WESTHUIZEN, 2013). Apesar de estarem principalmente preocupados com a política doméstica, a pesquisa revelou que os sul-africanos acreditam (66%) que seu país deveria estar mais envolvido com questões globais e considerar a opinião da população em geral (34%), bem como de acadêmicos e pesquisadores (26%) em questões de Política Externa (SMITH, WESTHUIZEN, 2013).

A Política Externa sul-africana tem um forte componente de integração e desenvolvimento regional. A grande maioria dos entrevistados (66%) gostaria que a África do Sul fosse vista como um país que auxilia na resolução dos conflitos na África (SMITH, WESTHUIZEN, 2013). Apesar de estarem altamente preocupados com questões domésticas como o desemprego e a economia, 63% dos entrevistados de todas as classes sociais apoiam o papel do país como doador internacional, especialmente aos países da região africana. Devido ao destaque da África do Sul na região, a maior parte dos entrevistados (65%) acredita que a região africana deve reconhecer a África do Sul com o líder do continente (SMITH, WESTHUIZEN, 2013).

O cenário internacional na visão dos sul-africanos

Sete a cada dez sul-africanos têm uma imagem positiva da globalização e grande parte apoia a instalação de empresas multinacionais estrangeiras (71% a favor) no país (SMITH, WESTHUIZEN, 2013). No entanto, os sul-africanos admitem que não se sentem tratados de forma justa por países desenvolvidos em negociações de comércio (50%) e que os países pobres não se beneficiam tanto quanto os países ricos dos resultados do livre comércio e da globalização (57%) (GLOBESCAN; PIPA, 2004a). Por esta razão, a grande maioria entrevistada (82%) acredita que os países desenvolvidos têm a responsabilidade moral de garantir que os países menos desenvolvidos recebam medicamentos para o tratamento de doenças sérias e que a resolução de problemas de saúde da África do Sul é uma responsabilidade não só do governo local, mas de todos os governos do mundo (75%) (GLOBESCAN; PIPA, 2004b).

Os países dos BRICS

¹ 51% dos entrevistados concordam ou concordam fortemente que o comércio não deve limitar ou violar os Direitos Humanos.

A maior parte dos cidadãos sul-africanos (62%) vê a China com bons olhos e acredita que ela tem uma influência positiva no mundo. Segundo os sul-africanos, a China se tornará mais influente economicamente (64%) do que ela é hoje, porém quando se trata de influência militar, muitos ainda acreditam que ela não se tornará influente no cenário internacional (42%) (GLOBESCAN; PIPA, 2005b).

A China aparece na primeira posição quando a questão é sobre qual país deveria ser o aliado mais próximo da África do Sul (26%) e ela é também considerada o parceiro comercial mais importante do país (53%). Além disso, os sul-africanos acreditam que a China pode ensinar muito a respeito de como combater a pobreza.

Os poucos dados disponíveis sobre a opinião pública sul-africana sobre o Brasil revelam dois pontos importantes. O primeiro demonstra que os sul-africanos acreditam que o Brasil pode dar um importante exemplo e lição sobre como combater a pobreza. O segundo ponto evidencia uma visão dividida sobre o Brasil. Quando indagados sobre o apoio à candidatura do Brasil para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, 47% dos sul-africanos declararam seu apoio, porém 41% se opuseram diretamente ao Brasil (25%) ou à expansão em geral (16%) (GLOBESCAN; PIPA, 2005c).

Em relação a outros países fora do eixo Europa-Estados Unidos, os sul-africanos possuem visões positivas da Rússia (42%) e pouco dentre estes olham positivamente a Índia (24%) (GLOBESCAN; PIPA, 2006c).

Instituições Internacionais

A União Africana é uma das principais organizações regionais da África, reunindo quase a totalidade dos países do continente. A maioria dos africanos expressa grande confiança na União Africana, porém não é o caso dos sul-africanos. Em uma pesquisa conduzida entre os anos de 2005 e 2008, somente 46% dos sul-africanos disseram ter grande ou média confiança na instituição e quase um quarto dos entrevistados admitiram ter pouca confiança (CFR, 2009). Apesar disso, os sul-africanos (58%) acreditam que a União Africana é, para o contexto do país, uma organização internacional mais importante do que a Organização das Nações Unidas (SMITH, WESTHUIZEN, 2013).

A Organização das Nações Unidas (ONU) não é a instituição na qual os sul-africanos têm maior confiança, porém grande parte deles (73%) vê a organização de forma positiva e acredita que ela se tornará cada vez mais significativa no cenário internacional (64%) (GLOBESCAN; PIPA, 2005c). No entanto, entre os anos de 2004 e 2005, houve uma mudança na opinião dos sul-africanos em relação à ONU. Neste período, a proporção de cidadãos que viam a organização de forma positiva diminuiu consideravelmente de 73% em 2004 (dado citado acima) para 43% em 2005 (GLOBESCAN; PIPA, 2005c).

Em consonância com a diminuição de seu prestígio na África do Sul, uma pesquisa conduzida na mesma época (2005) revelou que, dentre os africanos, os sul-africanos são o povo que menos acredita que a ONU tem direito de autorizar que forças intervenham para barrar violações de Direitos Humanos, como por exemplo, o genocídio² (GLOBESCAN; PIPA, 2005f). Além disso, os sul-africanos não apoiariam uma intervenção da instituição para barrar violações em seu país (somente 21% apoiariam), a menor proporção entre os países

² A média de aprovação ao direito da ONU de autorizar forças para combater violações de Direito Humanos entre a população de outros oito países africanos entrevistados foi 67%, 20% maior que a proporção de sul-africanos que apoiam este direito (47%).

da pesquisa³. Apesar desta baixa porcentagem de apoio, ela é maior do que a que preferiria uma intervenção da União Africana (12%) (GLOBESCAN; PIPA, 2005f).

A reforma do Conselho de Segurança da ONU vem sendo debatida sistematicamente na comunidade internacional, especialmente após 2003. Em diversos projetos, a África do Sul está cotada para integrar o Conselho ao lado de outros países, como o Brasil, por exemplo. Com relação a esta questão, 76% de sul-africanos entrevistados são a favor da expansão do número de membros permanentes no Conselho, mas 61% não concordam com a manutenção do poder de veto (GLOBESCAN; PIPA, 2005c; 2005d).

Sete a cada dez sul-africanos (72%) - como esperado - apoiam a África do Sul como candidato a membro permanente do Conselho de Segurança. A grande maioria apoia a Alemanha (60%) e o Japão (57%) e muitos sul-africanos votariam pela Índia (49%) e pelo Brasil (47%) para integrar o Conselho (GLOBESCAN; PIPA, 2005d).

A grande maioria dos sul-africanos (68%) acredita que a atuação de instituições internacionais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio – influenciam de forma positiva a África do Sul.

Quando avaliadas separadamente, no entanto, as respostas dos entrevistados divergem do total relatado acima, revelando preferências específicas. As opiniões dos sul-africanos sobre o Banco Mundial são positivas – 58% dos entrevistados acreditam que a atuação do Banco é positiva e somente 5% discordam (GLOBESCAN, 2006a). Já o Fundo Monetário Internacional (FMI) não possui tanto apoio quanto o Banco. Somente 39% dos entrevistados têm visões totalmente positivas e 7% totalmente negativas, revelando que a maior parte dos entrevistados declarou não saber responder a esta pergunta (GLOBESCAN, 2006a).

Considerações finais

De forma geral, os sul-africanos apoiam a Política Externa conduzida pelo seu governo, em especial a dedicação à União Africana e a disputa por cadeiras no Conselho de Segurança da ONU. O apoio aos BRICS e ao IBAS não pode ser avaliado diretamente, pois nenhuma pesquisa investigou a opinião dos cidadãos sul-africanos sobre estes blocos diretamente. Todas as pesquisas disponíveis são anteriores à inserção da África do Sul nos BRICS. A posição dos sul-africanos sobre o IBAS pode ser inferida a partir da avaliação dos sul-africanos sobre os outros países do bloco separadamente.

Quanto à perspectiva sul-africana, a China é o membro do BRICS melhor avaliado, além de figurar como principal parceiro comercial e aliado. A Rússia recebe visões positivas de quase metade dos entrevistados, o que pode significar uma aprovação dos sul-africanos a parcerias com este país. Quanto ao Brasil, não investigamos pesquisas que avaliassem a influência deste diretamente, mas os sul-africanos estão divididos quanto à indicação do Brasil para o Conselho de Segurança, o que pode significar uma desaprovação da posição política internacional deste. Cerca de metade dos sul-africanos votariam para que a Índia configurasse o Conselho de Segurança, porém um ano mais tarde, quando questionados sobre a influência deste país no cenário internacional, poucos sul-africanos afirmaram ser positiva.

³ Outros países pesquisados foram Gana, Quênia, Zimbábue. 48%, 35% e 35%, respectivamente, de aprovação à intervenções da ONU em caso de violações de Direitos Humanos em seu país.

Os chineses são os únicos dentre os membros dos blocos que avaliam, em sua maioria, a África do Sul de forma positiva. A maioria dos russos e dos indianos declarou não saber responder como avaliam a África do Sul. Daqueles que responderam, a maior parte dos indianos têm visões positivas e os russos estão divididos (GLOBESCAN, 2009).

A aproximação dos membros do IBAS não criou visões positivas dos outros membros para a comunidade sul-africana. Não há dados específicos sobre o Brasil, mas a Índia não é bem avaliada pela maioria dos sul-africanos. Antes da inserção da África do Sul no bloco dos BRICS, os sul-africanos já tinham uma perspectiva positiva da China e da Rússia, o que certamente se manteve após a consolidação da parceria com os BRICS em 2010. Afora a China (e sobre o Brasil não há dados), os outros membros dos blocos não sabem avaliar sua opinião sobre a África do Sul. As pesquisas foram conduzidas antes da inserção da África do Sul no BRICS, como já comentado, porém o fórum IBAS já existia, o que nos permite concluir que a influência do fórum na formação de uma opinião pública positiva nos países envolvidos não foi significativa.

Referências

GLOBESCAN; PIPA. 19 Nation Poll on Global Issues World Public Opinion Says World Not Going in Right Direction. 2004a. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10593/2/GlobalIss_Jun04_art.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. New Poll Finds Africans Favorable Toward Globalization, But Think Rich Countries Are Not Treating Them Fairly. 2004b. Disponível em: <<http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10118/1/Questionnaire061604.pdf>>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. 21 Nation Poll on Bush's Reelection. 2005a. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10665/2/BushReelect_Jan05_art.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. 22 Nation Poll Shows China Viewed Positively by Most Countries. 2005 b. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10666/2/China_Mar05_art.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. 23 Nation Poll Finds Strong Support for Dramatic Changes at U.N. 2005c. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10659/2/UNReform_Mar05_art.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. Citizens of All Countries Polled Favor Adding New Permanent Members to UN Security Council. 2005d. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10659/2/UNReform_Mar05_art.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. 23 Nation Poll: Who will Lead the World? 2005e. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10667/1/LeadWorld_Apr05_quaire.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. The Darfur Crisis: African and American Public Opinion. 2005f. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10641/4/Darfur_Jun05_rpt.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. World Bank Receives Good Marks in World Poll. 2006a. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10609/1/GlobalPlayers_Jan06_quaire.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. World Public Says Iraq War has Increased Global Terrorist Threat. 2006b. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10628/1/ViewsIraq_Feb06_quaire.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN; PIPA. Global Poll Finds Iran Viewed Negatively. 2006c. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/10669/1/ViewsCountries_Feb06_quaire.pdf>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

GLOBESCAN. Views of China and Russia Decline in Global Poll. 2009. Disponível em: <http://www.globescan.com/news_archives/bbcntryview09/backgrounder.html>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

THE COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Public Opinion on Global Issues: a Web-based Digest of Polling from Around the World. 2009. Disponível em: <www.cfr.org/public_opinion>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

SMITH, WESTHUIZEN. What South Africa's citizens think of foreign policy. 2013. Disponível em: <<http://www.bdlive.co.za/opinion/2013/07/19/what-south-africas-citizens-think-of-foreign-policy>>. Acesso em: 3 de setembro de 2013.

Opinião Pública e Índia

Clarice Tambelli

Em qualquer democracia, há uma presunção de algum tipo de ligação, mesmo que às vezes fraca e indireta, entre a opinião pública e as políticas públicas, já que se pode afirmar que a primeira representa as preferências dos eleitores. Mas ligações entre a opinião pública e a política externa de um país são mais tênues e controversas. Alguns afirmam que, dentre muitos fatores que impulsionam a política externa, a menos compreendida é o papel da opinião pública. Outros acreditam que os *policy-makers* estão enfrentando, muito devido ao alcance dos meios de comunicação, ambientes mais complexos e exigentes, que demandam a utilização, compreensão e consulta da opinião pública de seu país. No caso indiano, houve poucas tentativas de avaliação da opinião pública sobre questões de política externa, e muito menos de examinar seus efeitos sobre essas políticas.

Na Tabela 1 abaixo, estão apresentadas algumas pesquisas e um artigo que tratam da opinião pública indiana.

Tabela 1 – Principais fontes de dados sobre a opinião pública dos indianos sobre a Política Externa do país.

Nome da Pesquisa	Data de publicação	Tamanho da amostra	Cobertura	Metodologia	Público Entrevistado
<i>Pew Research Global Attitudes Project</i>	2012	4.018	Nacional	Face-to-face	adultos
<i>Lowy Institute for International Policy and the Australia India Institute</i>	2012	1.233	Nacional	face-to-face	adultos
<i>World Public Opinion Surveys conducted by Chicago Council Affairs</i>	2013	1.207	Nacional	face-to-face	adultos

<i>Gallup World</i>	2009	1.000	Urbano	Face-to-face	adultos
<i>Center for Advanced Study of India, University of Pennsylvania (KAPUR)</i>	2005/2006	212.563	Nacional	Face-to-face	Adultos e jovens

FONTE: Elaboração própria.

Há muito que uma nação pode aprender sobre o conteúdo e o impacto de suas políticas externas estudando como este é percebido pelo mundo. A opinião pública internacional pode atuar como um dispositivo heurístico para a política externa de um país, se não como a métrica de seu sucesso. A perspectiva de análise da visão do outro sobre seu país é abordada nas pesquisas *World Public Opinion Surveys* e *Gallup World*, que analisam a visão que outros países têm sobre a Índia. A pesquisa *Lowy Institute for International Policy and the Australia India Institute* e o artigo publicado pelo *Center for Advanced Study of India*, deram um passo além das publicações agora citadas, pois olharam de uma forma mais abrangente a opinião dos indianos sobre uma ampla gama de desafios de política externa e de segurança da Índia e como estas questões estão conectadas com demandas domésticas vitais para o futuro do país. A pesquisa *Pew Research Global Attitudes Project* traz elementos tanto das duas primeiras pesquisas descritas, quanto das duas últimas. Aborda a opinião pública internacional em temas econômicos, políticos e internacionais sobre a Índia, mas com um enfoque significativo na relação/ opinião EUA- Índia.

Autoimagem indiana

Do ponto de vista da autoimagem indiana, pode-se, de certa forma, afirmar que ela é mais positiva do que negativa. Dentre as pesquisas estudadas, todas demonstraram bons índices de avaliação dos indianos sobre seu próprio país. Na pesquisa *World Public Opinion* (2013), 65% dos indianos consultados consideraram significativamente positiva sua visão sobre o país (Tabela 2).

Tabela 2: Visão da influência indiana.

Positiva	Negativa	Neutro
65%	14%	21%

FONTE: Elaboração própria com base em WORLD PUBLIC OPINION, 2013.

Segundo a pesquisa conduzida pela *Pew Research* (2009a; 2009b), mesmo com a diminuição da confiança do público indiano sobre a direção atual e sobre o futuro econômico de seu país, entre 2011 e 2012 (devido principalmente à redução do crescimento da economia indiana), os indianos são considerados significativamente otimistas sobre seu país, quando comparados com as populações dos outros 17 países pesquisados.

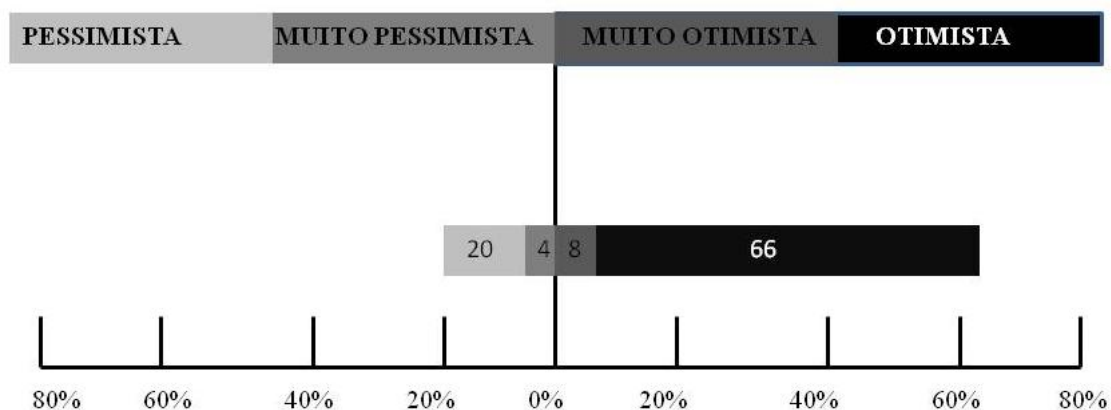
Tabela 3 – Opinião indiana sobre a situação atual do país.

Satisfeito com a direção do país			Condições econômicas atuais são boas			Economia vai melhorar nos próximos doze meses		
2011	2012	Diferença	2011	2012	Diferença	2011	2012	Diferença
51%	38%	-13%	56%	49%	-7%	60%	45%	-15%

FONTE: Elaboração própria com base em *Pew Research* (2012a; 2012b).

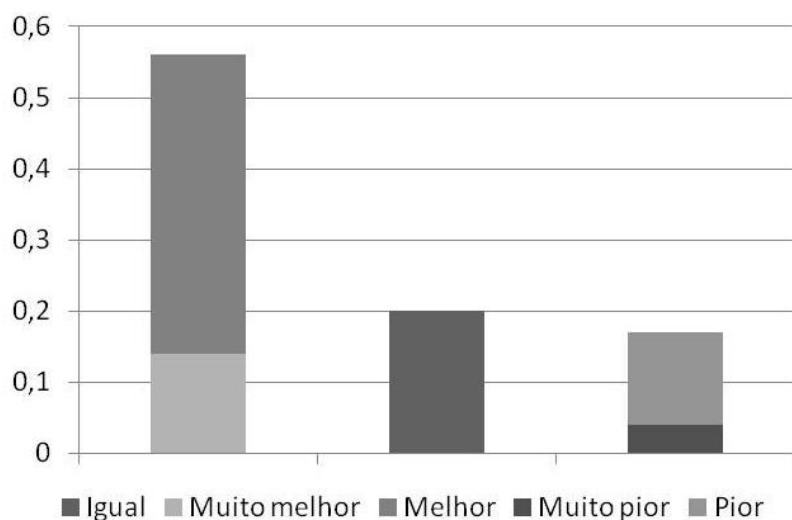
Na pesquisa apresentada pelo *Lowy Institute for International Policy* (LOWY INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLICY; AUSTRALIA INDIA INSTITUTE, 2013), a maioria dos indianos também pensam positivamente sobre as circunstâncias atuais e futuras. Quando lhes pediram para opinar sobre os acontecimentos mundiais, a maioria deles afirma que se sentem seguros (64%), otimistas sobre as perspectivas para a economia indiana (74%) e consideram a situação econômica atual como melhor do que há cinco anos (56%) (figuras 1 e 2).

Figura 1 – Desempenho da economia indiana na opinião de seus cidadãos.



FONTE: LOWY INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLICY; AUSTRALIA INDIA INSTITUTE, 2013. Tradução nossa.

Figura 2 – Opinião dos indianos sobre a situação econômica atual em comparação com a de cinco anos atrás.

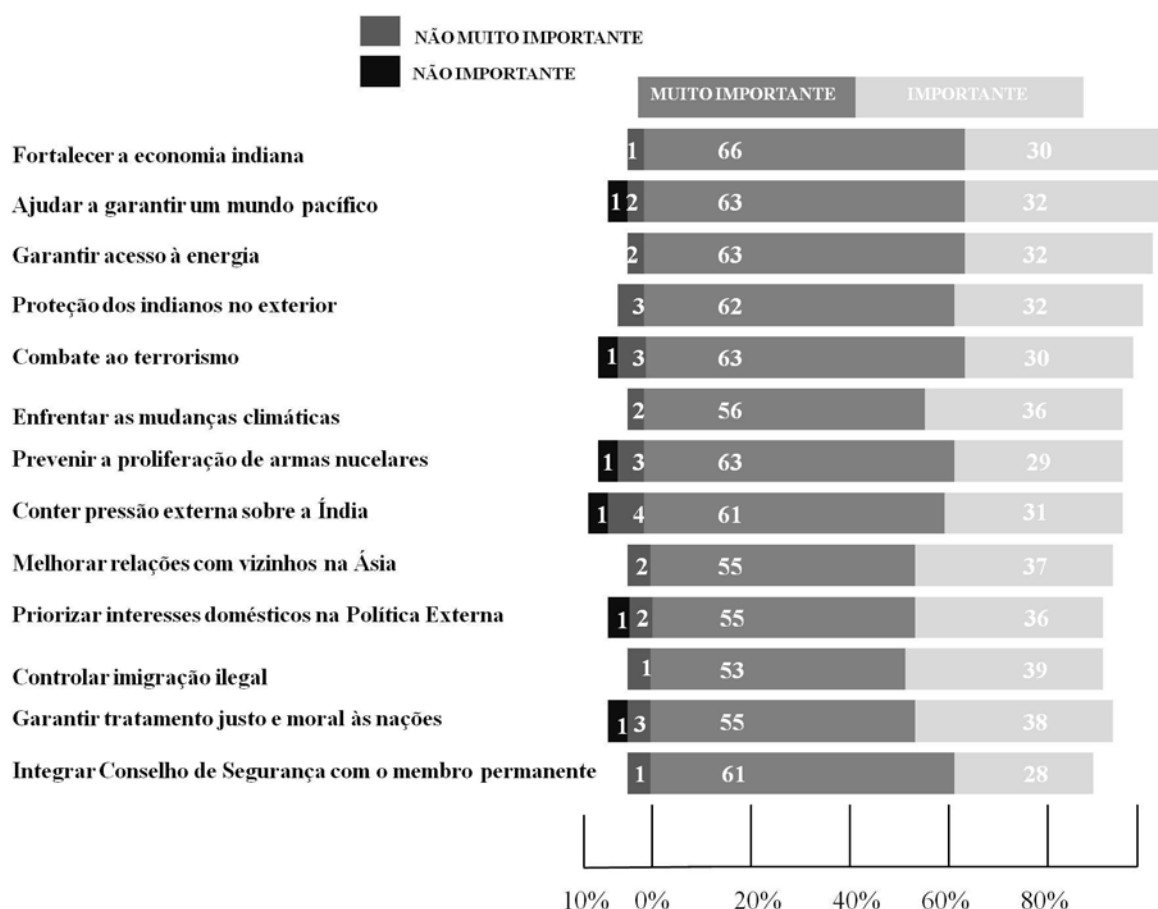


FONTE: LOWY INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLICY; AUSTRALIA INDIA INSTITUTE, 2013. Tradução nossa.

Opinião pública e objetivos da Política Externa indiana.

Segundo a pesquisa do *Lowy Institute for International Policy* (2013) sobre os principais objetivos que a Política Externa deveria alcançar na opinião dos indianos, não houve uma discriminação significativa entre a importância dos tópicos: os entrevistados atribuíram importância similar aos 13 assuntos abordados na pesquisa, incluindo o reforço da economia indiana, a segurança energética, o combate ao terrorismo, a integração do país como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, entre outros temas (Figura 3).

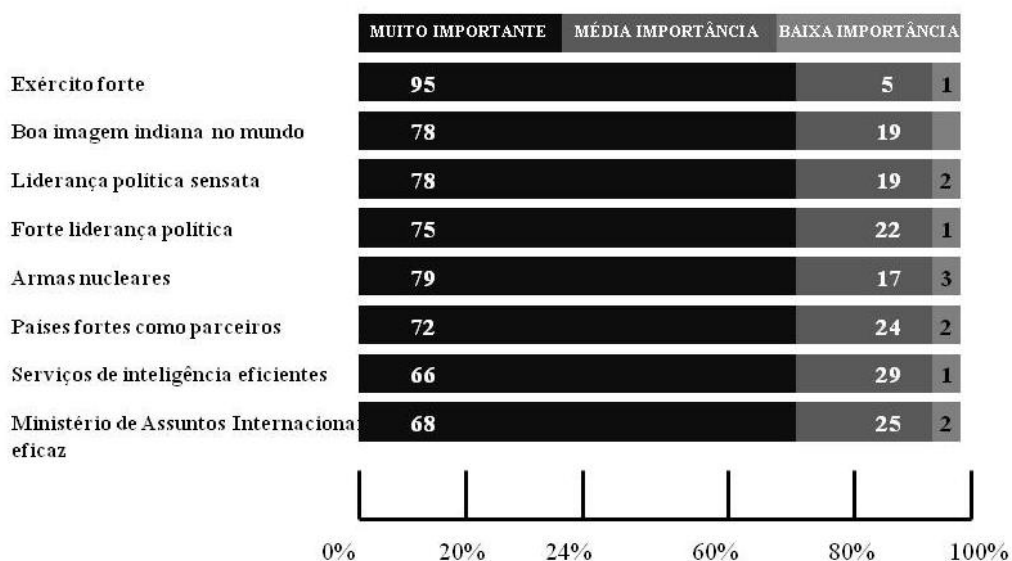
Figura 3: A importância dos objetivos da Política Externa indiana.



FONTE: LOWY INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLICY; AUSTRALIA INDIA INSTITUTE, 2013.

Os indianos foram mais exigentes em seus pontos de vista quando perguntados sobre os instrumentos mais importantes para o sucesso dos objetivos da Política Externa. Para 95% deles, ter um exército forte e preparado era o aspecto mais importante; para 75%, o melhor instrumento seria a posse de armas nucleares e a mesma proporção afirmou que o principal aspecto seria uma liderança política sábia e 78% disseram que uma boa imagem da Índia no mundo é essencial (Figura 4).

Figura 4 - Os instrumentos para a Política Externa indiana.



FONTE: LOWY INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLICY; AUSTRALIA INDIA INSTITUTE, 2013. Tradução nossa.

A Influência Internacional Indiana e os BRICS

A influência internacional da Índia parece não inspirar confiança em muitas partes do mundo. Segundo pesquisa da *World Public Opinion* (2013), 34 % dos entrevistados disseram que a influência da Índia foi principalmente positiva, enquanto 35% afirmaram que era majoritariamente negativa. O restante (31%) não soube responder ou se declarou neutro. Surpreendentemente, os países com a visão mais negativa sobre a Índia foram Espanha, Austrália, Alemanha e Canadá. Já o público mais otimista sobre a influência global indiana foram os países da África Sub-Saariana, o que representa provavelmente um reflexo dos recentes esforços da Índia para fornecer ajuda e investimento para as nações africanas.

Entre os países dos BRICS, o ponto de vista dos russos é o mais favorável (42% positivo *versus* 9% negativo), mas essa percepção positiva se deteriorara quando pensamos na China e no Brasil. Na China, a opinião foi negativa em 2012 e a tendência se agravou em 2013, com uma queda de 12 pontos em avaliações positivas (23%), juntamente com um ligeiro aumento de cinco pontos em visões negativas (para 45%). No Brasil, a opinião ligeiramente positiva em 2012 (39% positivo *versus* 34% negativo) passou a ser mais negativa em 2013 (26% *versus* 37%).

Em média, dos 21 países pesquisados nos últimos dois anos, 34% têm uma visão positiva sobre a influência indiana no cenário mundial. Em 2012, pela primeira vez, mais participantes se inclinaram negativamente do que positivamente. Como a opinião pública se concentra mais em fatores sociais e midiáticos do que meramente políticos, pode ser

argumentado, dentre vários motivos possíveis, que incidentes como os motins de Gujarat de 2002 e estupro coletivo de 2012 em Dehli atormentaram seriamente a opinião pública mundial sobre a influência, capacidade do estado e democracia indiana.

Tabela 4 – Visões da influência da Índia no mundo por país dos BRICS.

	Positiva	Negativa	Neutra
Brasil	26%	37%	37%
Rússia	42%	9%	49%
China	25%	45%	30%
África do sul	31%	36%	33%

Uma pesquisa de 2012 conduzida pelo *Chicago Council Affairs* (WORLD PUBLIC OPINION, 2013), indicou que a percepção média americana de influência da Índia no mundo, em uma escala de 0 a 10 (sendo 10 a percepção mais positiva e 0 a menos positiva), foi 4,6. Este número revela uma continuidade de percepções médias sobre a Índia desde 2002. Na mesma pesquisa, os entrevistados foram indagados a respeito da influência do futuro da Índia no sistema internacional: a média foi apenas marginalmente superior.

Em 2010, a média da opinião americana sobre a Índia, em uma escala de 100 pontos, foi de 53 (a Grã-Bretanha ficou com 73 e a Coreia do Norte e o Irã com 27), uma pontuação ligeiramente superior à faixa que vinha permanecendo desde 1978. Isso evidencia, portanto, que as três décadas de mudanças monumentais da Índia (liberalização econômica, disputa nuclear com o Paquistão, disputas territoriais, a questão da Caximira, entre outras) quase não tiveram impactos na mente americana. Na China, a percepção pública da Índia diminuiu entre 2006 e 2012, de 33% para 23%. O Japão é o único país entre as grandes potências, no qual a opinião pública sobre a Índia tem melhorado.

Essas tendências apontam desafios e oportunidades para a diplomacia indiana, particularmente em termos de aprofundamento dos laços com o Japão. Seria necessário também melhorar as relações com os Estados Unidos e enfrentar o déficit com a China. Uma melhor percepção do público de outros países - especialmente das grandes potências e possivelmente dos BRICS – poderá possibilitar para Índia uma maior influência

internacional. Diplomacia hoje não é mais o único privilégio dos agentes designados do Estado, já que estes devem também considerar as percepções intersociais e interações entre as populações.

Referências

CENTER FOR ADVANCED STUDY OF INDIA. Data about India. 2013. Disponível em: <<http://casi.sas.upenn.edu/about/people/devesh>>. Acesso em 06 set. 2013.

GALLUP WORLD. India's Leadership Unknown to Much of World. 2010. Acesso em 06/09/2013 <<<http://www.gallup.com/poll/144968/India-Leadership-Unknown-World.aspx>>. Acesso em 06 set. 2013.

KAPUR, Devesh. *Public Opinion and Indian Foreign Policy*. Center for Advanced Study of India, University of Pennsylvania. Online Publication Date: 01 July 2009. Disponível em: <http://casi.sas.upenn.edu/system/files/India_Review_FP_09_PublicOpinion.pdf>. Acesso em 06 set. 2013.

LOWY INSTITUTE FOR INTERNATIONAL POLICY; AUSTRALIA INDIA INSTITUTE. India poll 2013. Disponível em <<http://www.lowyinstitute.org/publications/india-poll-2013>>. Acesso em 06 set. 2013.

PEW RESEARCH GLOBAL ATTITUDES PROJECT. Satisfaction with country direction. 2012a. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/database/indicator/3/country/100/>>. Acesso em 06 set. 2013

PEW GLOBAL ATTITUDES PROJECT INDIA REPORT FINAL, 2012b. Deepening Economic Doubts in Índia. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/files/2012/09/Pew-Global-Attitudes-Project-India-Report-FINAL-September-10-2012.pdf>>. Acesso em 06 set. 2013.

WORLD PUBLIC OPINION. Views of China and India Slide While UK's Ratings Climb: Global Poll. 2013. Disponível em <<http://www.worldpublicopinion.org/pipa/2013%20Country%20Rating%20Poll.pdf>>. Acesso em 06 set. 2013.

A maior visibilidade da opinião pública da China e a rivalidade dos Estados Unidos

Cecília Zahran

A importância da opinião pública no processo político decisório já foi afirmada na literatura, principalmente entre os adeptos da Análise Cognitiva de Política Externa. Apesar disto, quando um país de expressividade no cenário mundial mostra sinais claros de atenção à opinião de sua população, isto revela um importante exemplo de como a opinião pública influencia a tomada de decisão.

Este é o caso da China que, numa atitude “sem precedentes” para o Partido Comunista (DENYER, 2013), decidiu analisar a expressão da população, não para controlá-la, mas para escutá-la. Todos os departamentos do governo chinês possuem unidades devotadas à pesquisa da opinião pública e atualmente tem ocorrido, paralelamente, a solicitação de empresas privadas para o serviço, como a *Horizon Research Consultancy Group*. O conhecimento da opinião pública têm influenciado as decisões políticas em geral, já que, desta forma, é possível identificar a percepção pública a respeito dos projetos do governo. Isto é feito por dois principais meios: internet e pesquisas de opinião.

Na internet, o “Monitoramento Online Diário de Opinião Pública” é responsável por coletar e analisar os comentários dos internautas chineses, a fim de informar os líderes do partido chinês em tempo real.

Em relação às pesquisas de opinião, enquanto os estudos chineses começam a aumentar em número, já existe uma abundância de estudos mundiais a respeito da China. A preocupação com a imagem chinesa vem principalmente dos Estados Unidos, num esforço contínuo para entender os sentimentos estadunidenses em direção ao país e comparar ambos, por meio de estudos realizados por instituições como Gallup, Pew Research, CBS News, The Washington Post, CNN e Fox News.

A relação entre China e Estados Unidos é explorada pela pesquisa da Pew Research (2013a), que compara a opinião pública mundial a respeito dos dois países. O resultado apresenta os Estados Unidos numa posição mais favorável do que a China. Enquanto a aprovação da China foi de 50% em 2013, a dos Estados Unidos chega a 63%. Ademais, 39% enxergam a China como um parceiro, 27% acreditam que a China considera os interesses da nação do pesquisado em suas relações bilaterais e 36% confiam que a China respeita as liberdades de sua população, enquanto os números para os Estados Unidos são de 59%, 37% e 70%, respectivamente - todos superiores aos números chineses.

As pesquisas conduzidas no âmbito do Programa sobre Atitudes Políticas Internacionais (PIPA) da Universidade de Maryland (2013b) identificou uma rivalidade entre Estados Unidos e China. A instituição observou, entre 2005 e 2006, um grande aumento no número de cidadãos que declararam ter uma imagem negativa em relação ao outro país. Em 2005,

46% dos americanos tinham uma visão negativa da China e em 2006, estes representavam 53%. Em 2005, 42% dos chineses tinham uma visão negativa dos Estados Unidos e em 2006 este número subiu para 62%. Além disso, outra pesquisa constatou que os chineses preferiam a influência da Europa à dos Estados Unidos (63% contra 22%) e tinham uma impressão pior do presidente George W. Bush que a observada mundialmente: 72% dos chineses declararam ter uma opinião negativa sobre a política externa norte-americana em 2004.

Mais recentemente, a opinião pública chinesa em relação aos Estados Unidos tem caído: de 58% em 2010, para 40% em 2013, segundo pesquisas da Pew Research (2013a). A aprovação do presidente Barack Obama caiu de 62% em 2009 para 52% em 2010, 44% em 2011, 38% em 2012 e 31% em 2013. Esta queda foi proporcional, inclusive, à opinião dos próprios americanos que apresentaram 74% de confiança no presidente em 2009 e apenas 57% em 2013.

Contrastando com os números mundiais, 56% dos chineses acreditam que o seu país deveria ser mais respeitado internacionalmente do que é no presente (PEW RESEARCH, 2013a). Quase a totalidade da amostra chinesa tem uma visão favorável da China, com uma resposta positiva de 95% dos pesquisados (PEW RESEARCH, 2013c). Este número tem se mantido constante (entre 93% e 97%) desde 2006.

Em uma pesquisa realizada pelo Conselho de Relações Exteriores norte-americano em parceria com a Universidade de Maryland, cujo objetivo era analisar a opinião pública mundial em Assuntos Globais (THE COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2009), a maioria dos chineses (74%) se declarou a favor da adesão chinesa ao Direito Internacional, de intervenções humanitárias (59%) (THE COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2009) e 85% deles disseram que a guerra do Iraque aumentou o risco de ataques terroristas no mundo em 2006 (BBC, 2006, p. 43). Além disso, 35% declararam se relacionar com a identidade nacional, 6% com a identidade global e 66% com ambas (PIPA, 2013b).

Sobre as instituições internacionais, 58% declararam que a China deveria obedecer as recomendações da Organização Mundial do Comércio (PIPA, 2013b). A maioria é a favor da ASEAN (PIPA, 2013b) e grande parte dos entrevistados (84%) apoia um acordo de livre comércio no âmbito desta mesma instituição (PIPA, 2013b). Em relação às Nações Unidas, 51% declararam acreditar que um sistema internacional mais estável seria liderado pelas Nações Unidas - o que revela a preferência dos chineses pela abordagem multilateral (PIPA, 2013a); 51% consideravam importante o fortalecimento das Nações Unidas (PIPA, 2013b); 78% foram a favor da mediação de problemas internacionais pelas Nações Unidas (PIPA, 2013b); 40% a favor na necessidade da autorização do Conselho de Segurança da ONU para o uso de força militar (PIPA, 2013b); 45% a favor de permitir que as Nações Unidas autorizem intervenções militares (PIPA, 2013b); a maioria se declarou contrária à inserção do Japão como membro permanente do Conselho de Segurança (PIPA, 2013a) e

favorável à criação do poder do Conselho de Segurança de anular o veto de um membro permanente (PIPA, 2013a).

Com relação à segurança internacional, 73% dos chineses entrevistados se declararam a favor da participação da China no Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares que proíbe testes com bombas nucleares (PIPA, 2013b). A maioria (65%) apoia a participação do país no tratado sobre inspeções internacionais da Convenção sobre Armas Biológicas (PIPA, 2013b) e entre 47% e 34% se declararam a favor de proibir o desenvolvimento de tecnologia nuclear em países que não a tem (PIPA, 2013b).

As respostas da opinião pública chinesa demonstram-se favoráveis à abordagem multilateral, com uma visão positiva das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio e da Associação das Nações do Sudeste Asiático que condiz com a crescente aproximação do país com tais instituições.

Referências Bibliográficas

DENYER, Simon. In China, Communist Party takes unprecedented step: It is listening. *The Washington Post*, Washington, 2 de agosto de 2013. Disponível em: <http://articles.washingtonpost.com/2013-08-02/world/40977114_1_party-leaders-street-protests-opinion>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

PEW RESEARCH. America's Global Image Remains More Positive than China's. 2013a. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2013/07/18/americas-global-image-remains-more-positive-than-chinas/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

PEW RESEARCH. Opinion of China. 2013c. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/database/indicator/24/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

PROGRAMA SOBRE ATITUDES POLÍTICAS INTERNACIONAIS (PIPA). Views of China and India Slide While UK's Ratings Climb: Global Poll. 2013b. Disponível em: <<http://www.worldpublicopinion.org/pipa/articles/brglobalmultiregionra/734.php?nid=&id=&pnt=734>>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

THE COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Public Opinion on Global Issues: a Web-based Digest of Polling from Around the World. 2009. Disponível em: <www.cfr.org/public_opinion>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

A imagem da opinião pública da Rússia sobre o BRICS e arranjos alternativos

Amira Ferraboli

Em seu artigo “O Terceiro Mundo na Opinião Pública Russa e a Política Externa da Rússia” (VOROZHEIKINA, 1992), Tatiana Vorozheikina, professora da Escola de Ciências Econômicas e Sociais de Moscou, afirma que a Rússia tem procurado, já a partir dos primeiros indícios da queda da União Soviética, afastar-se do Terceiro Mundo e incluir-se no grupo dos escolhidos, o G7, na época. Para ela, a Rússia evita reconhecer suas similaridades com países do Terceiro mundo, notadamente alguns dos quais atuais membros do BRICS, na tentativa de manter uma posição ilusória de superpotência. Ainda em seu artigo, a autora cita Sergei Stankevich, conselheiro do presidente Yeltsin, cuja opinião difere um pouco do observado como tendência pela autora. Para ele, a Rússia deve apoiar o diálogo entre culturas e nações, e esse papel seria favorecido pela presença russa tanto no Leste como no Oeste, no Norte como no Sul.

Passados alguns anos, o objetivo de se integrar ao grupo dos escolhidos revela-se cumprido, tendo a Rússia passado a integrar o G8 a partir de 1997. No entanto, o distanciamento dos países do Terceiro Mundo, hoje, mais referidos como em desenvolvimento, não parece ter sido levado a cabo. Um documento do Kremlin e do Ministério das Relações Exteriores Russo publicado este ano, acentua a pretensão de transformar o bloco BRICS em uma instituição de cooperação diária em assuntos globais. Os interesses comuns nessa arena internacional e a possibilidade de parceria na reconstrução do sistema econômico e financeiro são algumas das razões pelas quais a Rússia tem colocado os BRICS como parte das prioridades da política externa russa.

A auto-imagem das elites russas e opinião pública sobre do Brasil

Em pesquisa realizada pela World Public Opinion (2009) a respeito da moralidade na política externa dos países, a Rússia se mostrou realista, segundo relatório publicado. As possíveis respostas dos entrevistados seriam uma política com níveis morais acima da média, na média e abaixo dela. No caso russo as porcentagens foram respectivamente 27%, 51% e 5% para cada uma das respostas. Outra pesquisa publicada em 2010 pelo Levada Center (2012), de todos os russos entrevistados (amostra de 1600 pessoas), 42% acreditava que a política externa russa tinha níveis médios de moralidade, 14%; nível ligeiramente baixo; 29%, nível ligeiramente alto; e 6%, nível realmente alto.

A imagem das elites e opinião pública sobre outros países do BRICS

Pesquisa publicada pelo Levada Center (2012) aponta que dos entrevistados, 23% acreditava que a Rússia deveria intensificar sua política externa ao cooperar mais com a Índia e a China. Em 2009, este número era mais alto (32%), provavelmente devido à crise que afetou, sobretudo, Estados Unidos e Europa.

Nesta mesma pesquisa (LEVADA CENTER, 2012), pediu-se que os entrevistados escolhessem os principais “amigos” da Rússia no cenário internacional. China aparece em 18% das respostas, Índia em 16%, Brasil e África do Sul não foram citadas.

China

Extraídas também da pesquisa realizada pela World Public Opinion (2009), as informações concernentes à opinião pública russa sobre a moralidade na política externa da China são as seguintes: 16% acredita que ela está acima dos níveis médios de moralidade, 52% acredita que está na média e 6% acredita que está abaixo dessa média.

Análise

As informações e dados encontrados delineiam uma falta de material e análise sobre a opinião pública russa a respeito do Brasil e da África do Sul. Possivelmente, dada sua localização geográfica e sua própria história e orientação, a Rússia tenha dado maior ênfase nas questões e relações referentes à Índia e China. Dentro do que foi encontrado, a opinião pública mostra-se, em linhas gerais, favorável a esses dois países.

No que se refere a sua participação e integração com os BRICS, apesar de haver sinais de progressiva cooperação e integração dentro do grupo, outras questões que envolvem a Rússia - como a participação no G8, o conflito na Síria, a questão da produção nuclear no Irã - parecem ocupar mais espaço dentro da esfera de opinião pública russa, ainda como um resquício da posição de superpotência mundial.

Referências

LEVADA ANALYTICAL CENTER. Russian Public Opinion 2010-2011. 2012. Disponível em: <<http://en.d7154.agava.net/sites/en.d7154.agava.net/files/Levada2011Eng.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

PANIYEV, Y. Russia reveals its strategy for BRICS cooperation. Rússia beyond the headlines, 26 março de 2013. Disponível em: <http://rbth.ru/international/2013/03/26/russia_reveals_its_strategy_for_brics_cooperation_24279.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

VOROZHEIKINA, T. O Terceiro Mundo na Opinião Pública Russa e a Política Externa da Rússia. Contexto Internacional, vol. 14, nº 2, 1992. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Vorozheikina_vol14n2.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

WORLD PUBLIC OPINION. Most People Think Their Nation’s Foreign Policy Is Morally No Better Than Average: Global Poll. 2009. Disponível em: <http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/jan09/WPO_MoralityFP_Jan09_rpt.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2013.

A imagem da opinião pública norte-americana sobre o BRICS e arranjos alternativos (IBSA).

Eduardo Tetzlaff

No trabalho “Os BRICS na Visão dos Principais *Think Tanks* (TTs) Norte-Americanos”, Teixeira observou que estudos sobre o bloco BRICS são mais esporádicos do que estudos sobre os países individuais, exceto para Brasil e Índia, cuja frequência também é baixa. As ocorrências destes estudos estiveram ligadas a eventos como a intervenção do Brasil na questão do Irã, a presença de Brasil e Índia na cúpula de Copenhague, questões ambientais na América Latina – nas quais o Brasil se encontra, não raro, como protagonista - e questões estratégicas e de segurança entre Índia e Paquistão. Já ocorrências individuais para China e Rússia são mais frequentes. O primeiro por questões estratégicas e econômicas e o segundo por questões nucleares e de segurança. O estudo é importante, pois os TTs selecionados pela autora têm-se mantido com alta visibilidade no governo Barack Obama, sugerindo que o espaço dado por esses TTs a um determinado assunto é um indicativo valioso da agenda recente de política externa norte-americana.

A imagem das elites e a opinião pública norte-americana sobre o Brasil.

Com base em dados apresentados em uma publicação do *Council on Foreign Relations* (2012) sobre a opinião pública norte-americana acerca de instituições internacionais, observa-se que mais de 50% dos americanos entrevistados apoiam a inclusão do Brasil como membro perante no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e 61% têm uma visão positiva sobre o Brasil (WORLD PUBLIC OPINION, 2008).

A imagem das elites e Opinião Pública norte-americana sobre outros países do BRICS.

A pesquisa realizada pela BBC em parceria com a empresa de pesquisa de opinião GlobeScan e o Programa para Atitudes Políticas Internacionais (PIPA) da Universidade de Maryland nos Estados Unidos (WORLD PUBLIC OPINION, 2008) mostrou que a proporção de norte-americanos que acreditam que a Rússia tem uma influência positiva no mundo subiu de 32 para 45% entre 2007 e 2008.

Para a Índia, esses números passaram de 48 para 57 %. A China foi o único país do bloco que recebeu impressões negativas: dos norte-americanos entrevistados, entre 2007 e 2008, 44% e 54 %, respectivamente, admitiram ter visões negativas sobre a China.

Em vista dos resultados obtidos não só em pesquisas de opinião pública, mas também em relatórios oriundos dos principais *think tanks* americanos, nota-se que estudos sobre BRICS/IBSA são pouco frequentes em comparação a estudos de cada país individualmente, com exceção da China e Rússia.

Os resultados das pesquisas verificadas mostram que individualmente todos os países do bloco BRICS têm influência positiva para a opinião pública americana com exceção da China - cuja impressão negativa tem aumentado. Em relação à África do Sul, medições não foram realizadas ou não conseguimos obtê-las.

É possível que com o aumento da presença dos BRICS no cenário internacional e nas pautas de economia - o que invariavelmente significa fazer parte das discussões não somente das agências internacionais como também necessariamente das norte-americanas - é possível que ocorrências da categoria BRICS em discussões e em repertórios de estudo ocorram com maior frequência.

Referências

TEIXEIRA, Tatiana. *Os BRICS na Visão dos Principais Think Tanks Norte-Americanos*. Carta Internacional, vol. 6, n. 2, jul.-dez. 2011 [p. 132 a 145].

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. U.S. Opinion on International Institutions. 2012. Disponível em: <www.cfr.org/thinktank/iigg/pop/>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.

WORLD PUBLIC OPINION. Global views of USA improve. 2008. Disponível em: <http://www.worldpublicopinion.org/pipa/pdf/apr08/BBCVals_Apr08_rpt.pdf>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.